

**CICAL ADMINISTRADORA DE
CONSÓRCIO LTDA.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores, Quotistas e Consorciados da
CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
Goiânia/GO

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cical Administradora de Consórcio Ltda.** ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2025 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, sujeito aos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cical Administradora de Consórcio Ltda.** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2025 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião com ressalvas

- A administradora de consórcio encontra-se em fase de adequações e melhorias nos controles internos relacionados ao pagamento de comissões. Desta forma, através dos controles apresentados, do saldo de R\$ 298 mil registrados na forma de despesas com comissões (nota explicativa nº 14), não foi possível obter evidência de auditoria adequada e suficiente sobre o montante de R\$ 125 mil.
- A administradora não procedeu com a adoção completa às práticas contábeis relacionadas a Resolução BCB nº 120, que trata do CPC 47 – Receita de contrato com cliente, por não possuir condições seguras no seu sistema informatizado para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação das receitas antecipadas e despesas antecipadas. Consequentemente, pela ausência de um sistema de software adequado às alterações, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos relevantes nos saldos do balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 que possam ter afetado ativos e passivos circulantes e o resultado do exercício, bem como as correspondentes demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. Estas alterações não abrangem as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes com a emissão do parecer em 28 de março de 2025, bem como, com relação as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024, por ocasião da emissão do parecer em 30 de agosto de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

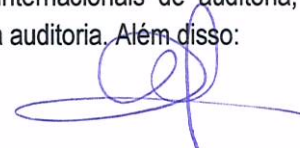
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, foram por nós auditadas, de acordo com as normas de auditoria vigentes com a emissão do parecer em 28 de março de 2025, bem como, com relação as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2024, por ocasião da emissão do parecer em 30 de agosto de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

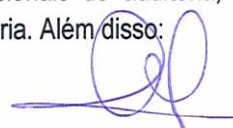
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

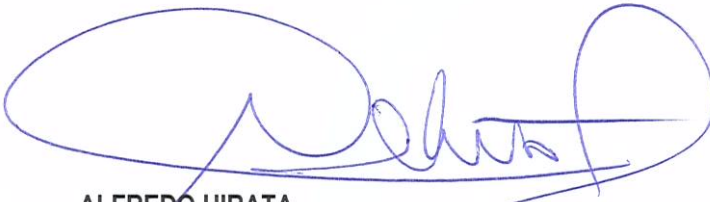
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia (GO), 29 de agosto de 2025.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

Martinelli
AUDITORES **MARTINELLI AUDITORES**
CRC (SC) nº 001.132/O-9

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO

	Nota	30/06/2025	31/12/2024
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	252	27
Títulos e valores mobiliários	5	2.401	2.784
Outros créditos		270	313
		2.923	3.124
 <u>Ativo não circulante</u>			
Consórcios	6	404	260
Propriedade para investimentos	7	708	708
Imobilizado líquido		83	94
		1.195	1.062
 Total do Ativo		4.118	4.186

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		58	59
Salários e encargos sociais		65	132
Provisões para férias e encargos sociais		129	102
Impostos e contribuições		38	34
Recursos a devolver a consorciados	8	1.052	1004
Outros passivos	9	265	288
Consórcio a Pagar Curto Prazo		15	4
		<u>1.622</u>	<u>1.623</u>
<u>Passivo não circulante</u>			
Consórcio a Pagar Longo Prazo		-	16
		<u>-</u>	<u>16</u>
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Capital Social	12	1.530	1.530
Reserva de Lucros		966	1.017
		<u>2.496</u>	<u>2.547</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>4.118</u></u>	<u><u>4.186</u></u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Receitas de Intermediação Financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		90	40
Outras Receitas (despesas) Operacionais		(141)	44
Receitas de prestação de serviços	13	1.413	1.248
Despesas tributárias	13	(211)	(187)
Despesas com pessoal	14	(895)	(720)
Despesas com depreciação		(12)	(12)
Despesas administrativas e comerciais	15	(491)	(356)
Outras despesas operacionais		(12)	(25)
Outras receitas operacionais		67	96
Resultado Operacional		(51)	84
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL		(51)	84
Imposto de renda	16	-	(13)
Contribuição social sobre o lucro	16	-	(8)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre		(51)	63

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE
2025 E 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do Semestre	<u>(51)</u>	<u>63</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total do Semestre	<u>(51)</u>	<u>63</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31/12/2023	1.530	927	-	2.457
Lucro líquido do 1º semestre de 2024	-	-	63	63
Lucros a destinar	-	63	(63)	-
Saldo em 30/06/2024	1.530	990	-	2.520
Lucro líquido do 2º semestre de 2024	-	-	27	27
Lucros a destinar	-	27	(27)	-
Saldo em 31/12/2024	1.530	1.017	-	2.547
Prejuízo do 1º semestre de 2025			(51)	(51)
Lucros a destinar		(51)	51	-
Saldo em 30/06/2025	1.530	966	-	2.496

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E
2024
(EM MILHARES DE REAIS)

	<u>30/06/2025</u>	<u>30/06/2024</u>
Das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(51)	63
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades utilizadas pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	(12)	(12)
Provisões e Obrigações legais	-	-
Decréscimo/ (acrécimo) em ativos		
Outros créditos	43	(70)
Consórcios	(144)	127
Acrécimo/ (decrécimo) em passivos		
Fornecedores	(1)	(20)
Salários e encargos sociais	(67)	(12)
Provisões para férias e encargos sociais	27	62
Impostos e contribuições	4	11
Recursos a devolver a consorciados	48	34
Outros passivos	(28)	(49)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>(181)</u>	<u>134</u>
Das atividades de investimento		
Aumento (Redução) em imobilizado	23	(9)
Aumento (Redução) em títulos e valores Mobiliários	383	(198)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>406</u>	<u>(207)</u>
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>225</u>	<u>(73)</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre / exercício	27	234
No final do semestre / exercício	252	161
Aumento/ (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>225</u>	<u>(73)</u>

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31
DE DEZEMBRO DE 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>			
Aplicações financeiras	5	5.287	4.199
Direitos perante os consorciados contemplados – a vencer	18	9.340	9.296
Direitos perante os consorciados contemplados – em atraso		186	146
Direitos perante os consorciados contemplados – cobrança judicial		29	20
		14.842	13.661
 <u>Não circulante</u>	 24		
Previsão mensal de receitas a receber		795	770
Contribuições devidas ao grupo		37.096	34.950
Valor dos bens ou serviços a contemplar ativos		33.779	31.597
		71.670	67.317
 Total do Ativo		86.512	80.978

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31
DE DEZEMBRO DE 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

PASSIVO

	<u>Notas</u>	<u>30/06/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Circulante</u>			
Obrigações com consorciados	19	7.023	6.842
Valores a repassar	20	461	436
Obrigações por contemplações a entregar	21	4.401	3.514
Obrigações com a administradora		35	-
Recursos a devolver a consorciados	22	2.258	2.359
Recursos dos grupos	23	665	509
		14.843	13.660
 <u>Não circulante</u>	 24		
Receitas mensais a receber de consorciados		795	770
Obrigações do grupo por contribuições		37.095	34.950
Valor dos bens ou serviços a contemplar passivos		33.779	31.598
		71.669	67.318
 Total Passivo		86.512	80.978

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE
CONSÓRCIOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 2024
(EM MILHARES DE REAIS)

	1º semestre 30/6/2025	1º semestre 30/6/2024
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do semestre		
Caixa	-	-
Depósitos bancários	-	120
Aplicações financeiras	4.199	5.001
	4.199	5.121
Recursos coletados		
Contribuições para aquisição de bens	5.764	5.136
Taxa de administração	1.313	1.151
Contribuições ao Fundo de Reserva	113	69
Rendimentos de aplicações financeiras	225	167
Multa e juros moratórios	33	35
Prêmios de seguros	219	210
Custas Judiciais	36	40
Outros	48	74
	7.751	6.882
Recursos utilizados		
Aquisição de bens	(4.799)	(6.004)
Taxa de administração	(1.316)	(1.151)
Multas e juros moratórios	(17)	(17)
Prêmios de seguros	(182)	(215)
Custas Judiciais	(36)	(40)
Devolução a consorciados desligados	(309)	(625)
Outros	(4)	(308)
	(6.663)	(8.360)
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do semestre	5.287	3.643
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do semestre		
Caixa	-	-
Depósitos bancários	-	-
Aplicações financeiras	5.287	3.643
	5.287	3.643

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

CICAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(em Milhares de Reais)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Cical Administradora de Consórcio Ltda. ("Administradora"), é uma sociedade limitada, com sede localizada na Av. Anhanguera nº 3.559, Subsolo, Setor Leste Universitário, Goiânia, Estado de Goiás.

A Administradora tem por objeto social a constituição e a administração de grupos de consórcio destinados a facilitar a aquisição de bens móveis e serviços, principalmente, a pessoas físicas, sendo as concessionárias de veículos do Grupo Cical, seu principal parceiro na aquisição desses bens.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos.

Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 bem como a Resolução BCB nº 2 de 12 agosto de 2020, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A Instrução Normativa BCB nº 282 de 27 de abril de 2022 estabelece os modelos das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

A Resolução BCB nº 156/2021 estabelece os critérios e os procedimentos contábeis a serem observados pelas administradoras de consórcio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na escrituração dos grupos de consórcio. Dentre as alterações promovidas pela norma, cita-se a escrituração dos grupos de consórcios encerrados contabilmente a qual deve ser registrada em contas de compensação a partir de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25 de agosto de 2025.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cical Administradora de Consórcio Ltda. exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em Reais (R\$).

c) Convergência às normas internacionais

A Resolução BCB nº 120/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, estabeleceu os princípios gerais e os procedimentos específicos para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas administradoras de consórcio. O artigo 2º determina que sejam aplicados os pronunciamentos técnicos abaixo relacionados os quais foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

I - Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovado em 1º de novembro de 2019;

II - Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado em 6 de agosto de 2010;

III - Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado em 26 de junho de 2009;

IV - Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, aprovado em 7 de dezembro de 2012, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de elementos patrimoniais e de resultado esteja prevista em regulamentação específica; e

V - Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, aprovado em 4 de novembro de 2016.

O Pronunciamento Técnico CPC 47 modificou a forma de reconhecimento da receita de taxa de administração da administradora a partir de janeiro de 2022, influenciando o grupo de Outros Créditos, Receita antecipada e Receita de prestação de serviços. Os demais princípios e procedimentos recepcionados pela Resolução BCB nº 120/2021 não impactaram quantitativamente a Cical Administradora de Consórcio Ltda.

Os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas foram recepcionados pelo Banco Central na Resolução BCB nº 9/2020; os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, pela Resolução BCB nº 6/2020.

(I) Resolução BCB nº 352/2023

A Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 revogou a Resolução BCB nº 219 de 30/03/2023 e dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas administradoras de consórcio e outras sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A nova regulamentação inclui regras sobre “os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.”

Os artigos 24, 100 e 101 bem como os incisos X e XI do art. 107 entram em vigor em janeiro de 2024; o Capítulo IV do Título II, em 2027; os demais, em janeiro de 2027. A norma objetiva convergir o padrão do Banco Central aos padrões contábeis internacionais sobre instrumentos financeiros (IFRS 9), estabelece prazo para as instituições financeiras adaptarem seus processos de classificação e gestão de risco e apuração de suas provisões, assim como revoga diversos atos normativos que atualmente regulam a matéria.

Sabendo que complementações ainda deverão ser publicadas pelo Banco Central do Brasil e que poderão conduzir a alterações deste planejamento inicial, destaca-se os principais processos que sofrerão ajustes e demandarão ações da Cical Administradora de Consórcio Ltda.:

- Classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros passam a ter como fundamentos básicos o modelo de negócio adotado pela instituição na gestão dos instrumentos financeiros e as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em vez das características individuais de cada instrumento e da mera intenção de negociar;
- Ampliam-se conceitos adotados para operações renegociadas e/ou ativos problemáticos, com implicações diretas na forma de reconhecimento de receitas destas operações;
- Implementa o conceito de taxa efetiva de juros na apropriação de Receitas sobre instrumentos financeiros que se enquadram no teste de SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros;
- No que se refere ao provisionamento, a resolução amplia o escopo dos instrumentos financeiros sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – ampliando o escopo atual que trata apenas das operações de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas – passando também a adotar critérios de alocação em estágios para definição do montante a ser provisionado. Além disso, mantém com o regulador a definição de pisos de provisão, os quais passam a impactar de forma direta no processo de baixa de ativos por perda de crédito, com grande vinculação com as características de cada produto e suas garantias;
- Reconhecimento e mensuração de Ativos e Passivos Financeiro;
- Divulgação em Notas Explicativas.

A implementação de todos os requerimentos da norma nos processos da administradora irá envolver diversas áreas, os possíveis impactos da adoção da metodologia ainda estão sendo apurados. Desta forma, a Cical Administradora de Consórcio Ltda., grupo do qual a administradora é integrante, realiza treinamento interno envolvendo pessoas afetas às unidades de negócios que serão impactadas.

A administradora está buscando evoluir com o desafio de conduzir as mudanças em sincronia com as diversas áreas, estabelecendo todos os controles adequados para a implementação dos trabalhos de atendimento da norma dentro do prazo estabelecido pelo Bacen.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Da Administradora

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Receita de taxa de administração

Conforme item 9 do CPC 47, o processo de reconhecimento da receita se inicia com a identificação do contrato, sendo que a entidade deve contabilizar os seus efeitos somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- as partes aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e,
- for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

O reconhecimento pode variar em função da avaliação da possibilidade de não recebimento da contraprestação, que deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor quando devido. Nesse sentido, a contraprestação destas cotas será reconhecida como receita quando do seu efetivo recebimento, devido à incerteza de sua realização financeira.

A obrigação de desempenho da Cical Administradora de Consórcio Ltda. é cumprida com a prestação de serviços relacionados à formação, organização e administração dos grupos de consórcio até o seu encerramento. Em consonância com as características intrínsecas do produto a maior parte dos pagamentos realizados pelos clientes ocorrem dentro da competência.

O valor da receita reflete a contrapartida que se espera ter direito em troca da transferência de serviços para o cliente. O preço da transação é definido contratualmente como um percentual do valor do bem de referência e não está sujeito a reduções.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor aplicado, acrescido, dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição e a depreciação é reconhecida pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo equipamentos de informática e veículos - 20% e móveis, utensílios e instalações - 10%, nos termos da Resolução BCB Nº 6, de 12 de agosto de 2020.

g) Avaliação do valor recuperável de ativos

Conforme Resolução BCB Nº 120, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis e estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. A Administradora não teve nenhum ativo sujeito à perda do seu valor recuperável.

h) Passivos Circulante e Não Circulante

Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base “*pro-rata die*”.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada pela alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável acima de R\$20.000 mensais (R\$240.000) para o ano). A contribuição social é calculada pela alíquota de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias utilizando-se as alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

j) Eventos subsequentes

De acordo com a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre a contabilização e divulgação de eventos subsequentes ao período a que se referem às demonstrações financeiras, conforme estabelecido no pronunciamento técnico CPC 24, não foram identificados eventos subsequentes que necessitem ser divulgados nessas demonstrações financeiras.

3.2 Dos Grupos de Consórcio

a) Disponibilidades

Representa os recursos disponíveis e outros créditos ainda não utilizados pelos grupos, os quais são mantidos em conta vinculada para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao saldo de caixa de grupo, por ocasião das assembleias, não incluindo a taxa de administração sobre os mesmos.

b) Direito junto a consorciados contemplados

Representa os recursos a receber dos consorciados já contemplados (Fundo Comum e Fundo de Reserva), incluídos os direitos em atraso e em cobrança judicial, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Refere-se à previsão dos recebimentos de contribuições de consorciados (Fundo Comum e Fundo de Reserva). O montante foi calculado com base no preço vigente do bem em 30 de junho de 2025.

d) Contribuições devidas ao grupo

Referem-se às contribuições (Fundo Comum e Fundo de Reserva) devidas pelos consorciados ativos até o encerramento do grupo.

e) Obrigações com consorciados

Representam os valores registrados como obrigações junto aos consorciados devendo ser mantidos controles individualizados, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

f) Valores a repassar

Registra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros.

g) Obrigações por contemplações a entregar

Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração.

h) Recursos a devolver a consorciados

Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável.

i) Recursos dos grupos

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos.

j) Obrigações do grupo por contribuições

Representam todas as contribuições devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo, a título de fundo comum e de fundo de reserva, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

k) Valor dos bens ou serviços a contemplar

Representam valor total dos bens ou serviços a entregar em assembleias futuras, incluídas suas atualizações, até o final do grupo, conforme estabelece a IN BCB nº 282 de 27/04/2022.

3.3 Demonstração Consolidada das Variações nas Disponibilidades de Grupo

a) Recursos coletados

Representam recursos coletados dos grupos dos grupos de consórcios e os rendimentos financeiros decorrentes. O valor mensal da contribuição para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos calculado com base em: Valor do bem adquirido, taxa de administração, fundo de reserva e seguros.

Estes valores são apurados conforme o percentual de pagamento mensal estabelecido de acordo com o prazo de apuração dos grupos. O fundo de reserva destina-se a cobrir eventuais insuficiências de caixa de cada grupo, conforme previsão contratual. O saldo remanescente dos recursos do fundo de reserva de cada grupo é distribuído aos consorciados participantes no encerramento do grupo.

b) Recursos utilizados

Representam os pagamentos realizados pelos grupos para: entrega do bem, repasse de taxa de administração, repasse de prêmio de seguro, devoluções e distribuição de valores remanescentes do fundo de reserva.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se a recursos em bancos com disponibilidade para resgate imediato, sendo as aplicações exclusivamente em renda fixa sem risco significativo de mudança de valor.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	1	1
Banco Conta Movimento	251	26
Total	252	27

NOTA 05 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

Descrição	Administradora		Grupos	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Quotas de Fundos de Investimentos (a)				
Bradesco Corporate FIC de FI Referenciado	169	900	5.287	4.199
Bradesco FIC de FI Renda Fixa Vênus	1.161	164	-	-
Bradesco Empresas FIC de FI RF Curt	946	106	-	-
Bradesco Corporate FIC FI Renda Fixa	108	1.243	-	-
Itaú 58424-71 - Invest CDB DI	17	371	-	-
	2.401	2.784	5.287	4.199

- a) Aplicações em renda fixa FIC FI, sem vínculo restritivo e disponível para resgate imediato. Ao valor do principal aplicado são acrescidos os rendimentos auferidos no período em contrapartida: do resultado do exercício, no caso de recursos da Empresa, e do saldo de recursos a devolver a consorciados, no passivo, no caso dos recursos de grupos encerrados.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

O Administradora utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado para o ativo ou o passivo.

Administradora:

Descrição	30 de junho de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de Investimentos DI	2.401	-	-	2.401
Total	2.401	-	-	2.401

Descrição	31 de dezembro de 2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de Investimentos DI	2.784	-	-	2.784
Total	2.784	-	-	2.784

Grupos:

Descrição	30 de junho de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de Investimentos DI	5.287	-	-	5.287
Total	5.287	-	-	5.287

Descrição	31 de dezembro de 2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de Investimentos DI	4.199	-	-	4.199
Total	4.199	-	-	4.199

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Administradora:

Descrição	30 de junho de 2025			
	Sem vencimentos	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Fundos de Investimentos DI	2.401			2.401
Total	2.401			2.401

Descrição	31 de dezembro de 2024			
	Sem vencimentos	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Fundos de Investimentos DI	2.784	-	-	2.784
Total	2.784	-	-	2.784

Grupos:

Descrição	30 de junho de 2025			
	Sem vencimentos	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Fundos de Investimentos DI	5.287			5.287
Total	5.287			5.287

Descrição	31 de dezembro de 2024			
	Sem vencimentos	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Fundos de Investimentos DI	4.199	-	-	4.199
Total	4.199	-	-	4.199

NOTA 06 - CONSÓRCIOS

Refere-se a cotas adquiridas pela própria Administradora, que não participa formalmente das contemplações antes dos demais consorciados, conforme disposto no artigo 15 da Lei no 11.795/08. O investimento foi efetuado para atingir a quantidade mínima de cotas para início dos grupos de consórcio.

Grupo	Quantidade de cotas 1º Semestre de 2025	30/06/2025	Quantidade de cotas 1º Semestre de 2024	30/06/2024
MC36	-	-	4	57
MC37	-	-	4	22
MC38	-	-	4	6
V260	5	65	5	55
MC39	1	10	1	8
V261	1	5	1	4
MC40	1	8	1	7
V263	10	22	10	17
V264	20	45	21	36
5341	4	18	4	15
2265	19	21	20	17
2266	20	21	20	16
2267	1	40	-	-
2268	1	149	-	-
Total	83	404	95	260

NOTA 07 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

O saldo de R\$ 708 (31/12/2024: R\$ 708), mensurado ao custo, refere-se a: terrenos no valor de R\$ 708, situados nas glebas denominadas Chácaras São Pedro, no 458 e 459, setor rural de Aparecida de Goiânia – GO, que não se classificam como imóveis de uso, uma vez que não são utilizados no desempenho da atividade social. Para fins de divulgação, a avaliação destas propriedades é de aproximadamente R\$7.559.

NOTA 08 – RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Referem-se aos recursos não procurados de consorciados desligados, desistentes ou excluídos de grupos encerrados. O passivo é constituído em contrapartida da aplicação financeira dos recursos capitalizados pelos rendimentos das aplicações financeiras até a data do balanço.

Grupo	Data encerramento		
	Grupo	30/06/2025	31/12/2024
CE624	01/01/2000	944	914
GRUPO V235	01/01/2000	26	25
GRUPO V228	01/01/2000	11	10
Outros grupos (valores individuais inferiores a R\$ 10)	-	71	55
Total		1.052	1.004

- a) A partir de 01/01/2022 a Instrução Normativa Bacen 208 /2021, alterou as rubricas contábeis e os saldos de Recursos Não Procurados após a lei 11.795 de 2008 passaram a ser contabilizados em contas de compensações.

A seguir demonstramos os saldos por data de encerramento do grupo:

Aging-list	Quantidade 1º Semestre de 2025	Quantidade 1º Semestre de 2024	30/06/2025	31/12/2024
Grupos encerrados a mais de 5 anos (a)	37	35	1.052	1.004
Total	37	35	1.052	1.004

- a) Refere-se a recursos não procurados de consorciados de grupos encerrados há mais de 05 (cinco) anos. A Administração está avaliando a reversão do saldo em conta de resultado com base na prerrogativa definida pelo Artigo 32 da Lei no 11.795/08, quanto à prescrição do direito de recebimento por parte desses consorciados.

NOTA 09 - OUTROS PASSIVOS

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Provisões com despesas administrativas a ratear (a)	56	98
Valores a ratear com consorciados (b)	171	164
Credores Diversos	38	26
Total	265	288

- a) Valores a pagar referentes às despesas administrativas e condominiais rateadas de empresas do mesmo grupo econômico, conforme mencionado na Nota Explicativa 15.
- b) A partir de 01/01/2022 a Instrução Normativa Bacen 208/2021, alterou as rubricas contábeis e os saldos de Credores Vários passaram a ser contabilizados em contas de compensações.

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração da Administração da Empresa é realizada pela empresa do Grupo Cical Central de Serviços Ltda., que presta serviços administrativos à Empresa. O valor estipulado mensal do rateio é de 2% (dois por cento) sobre o rateio da Central, nos termos do contrato de prestação de serviços acordado entre as partes, conforme Nota Explicativa 15.

NOTA 11 - PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A empresa possui processos judiciais de natureza cível, com risco de perda possível, cujo valor em 30 de junho de 2025 é de R\$ 120 mil (em 31 de dezembro de 2024 não havia processos prováveis ou possíveis de perda).

Em 30 de junho de 2025 não há perdas avaliados como prováveis para constituição de provisão.

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado por 153.000.000 cotas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, totalizando R\$ 1.530.

b) Lucro por ação

Básico e Diluído

O Lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Empresa pela quantidade de ações durante o período.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Empresa	(52)	90
Quantidade de Ações	153.000.000	153.000.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)	(0,0003)	0,0006

NOTA 13 – RECEITA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	1º Semestre 30/06/2025	1º Semestre 30/06/2024
Rendas de taxas de administração (a)	1.413	1.248
(-) Impostos incidentes (b)	(211)	(187)
Total	1.202	1.061

a) Receita proveniente da prestação de serviços efetivada por meio da cobrança de taxa de administração definida contratualmente com os consorciados de 14% a 15% do valor da parcela mensal;

b) Refere-se ao PIS, a COFINS e ao ISSQN calculados às alíquotas de 1,65%, 7,6% e 5%, respectivamente.

NOTA 14 – DESPESA COM PESSOAL

Descrição	1º Semestre 30/06/2025	1º Semestre 30/06/2024
Salários e gratificação	(122)	(175)
Comissões	(298)	(200)
Provisão de férias/ 13º salário	(127)	(99)
Aviso prévio	(60)	(9)
Benefícios e treinamentos	(20)	(59)
Encargos sociais	(268)	(178)
Total	(895)	(720)

NOTA 15 – DESPESA ADMINISTRATIVA E COMERCIAL

Descrição	1º Semestre 30/06/2025	1º Semestre 30/06/2024
Despesas de comunicações	(3)	(3)
Despesas de processamento de dados	(16)	(18)
Despesas de propaganda e publicidade	(40)	(26)
Despesas com rateio de despesas administrativas (a)	(87)	(44)
Despesas de serviços técnicos especializados	(12)	(92)
Despesas de transportes	(11)	(15)
Despesas tributárias	(31)	(17)
Despesas com prestação de serviços	(151)	(58)
Despesas de material	(1)	(1)
Outras despesas	(139)	(82)
Total	(491)	(356)

a) Refere ao rateio de despesas administrativas realizadas pela Cical Serviços de Despachantes Ltda., que presta serviços administrativos a Empresa. O valor estipulado mensal é de 3,36% do rateio nos termos do contrato de prestação de serviços acordado entre as partes.

NOTA 16 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Descrição	1º Semestre 30/06/2025	1º Semestre 30/06/2024
Resultado antes da tributação	-	84
Alíquotas nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	-	(29)
(+/-) Adições e Exclusões	-	8
Despesa de IR e CSLL	-	(21)
Alíquota efetiva	-	25%

NOTA 17 – SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Empresa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

NOTA 18 – DIREITO JUNTO A CONSORCIADOS CONTEMPLADOS – A VENCER

Valores a receber de consorciados contemplados reconhecidos pela diferença entre o montante pago e o valor da carta de crédito:

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Normais	9.340	9.296
Total	9.340	9.296

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES COM CONSORCIADOS

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Recebimentos não identificados (a)	77	73
Contribuições de consorciados não contemplados (b)	6.946	6.769
Total	7.023	6.842

a) Refere-se a recebimentos via depósito de mensalidades ainda em processo de identificação;

b) Registra os valores de recebimentos (fundo comum) de consorciados não contemplados

NOTA 20 – VALORES A REPASSAR

Demonstra os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos para a Empresa referentes à taxa de administração, multa rescisória, outros recursos (taxa de transferência; tarifa bancária e taxa registro de gravame). Quanto aos prêmios de seguro correspondem ao seguro de vida e quebra de garantia, cobrados dos consorciados que serão repassados à seguradora.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Prêmios de seguros	74	36
Multa rescisória	371	384
Custas judiciais	16	16
Total	461	436

NOTA 21 – OBRIGAÇÕES POR CONTEMPLAÇÕES A ENTREGAR

Registra os valores dos créditos a repassar aos consorciados contemplados nas assembleias, acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira e deduzidos os valores de créditos já pagos demonstrando assim, o valor que ainda a Empresa tem obrigação de repassar aos consorciados.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Obrigações - contemplações a entregar	4.401	3.514
Total Obrigações - contemplações a entregar	4.401	3.514

NOTA 22 – RECURSOS A DEVOLVER A CONSORCIADOS

Correspondem aos valores dos recursos dos grupos que serão devolvidos aos consorciados ativos pelo excesso de amortizações e aos consorciados desligados, desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições deduzidos de multas.

Descrição	30/06/2025	31/12/2024
Consortados ativos	15	9
Consortados desligados	2.243	2.350
Total	2.258	2.359

NOTA 23 – RECURSOS DOS GRUPOS

Registra os recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos, além de valores das atualizações de obrigações e atualizações de direitos, que são geradas de acordo com as atualizações dos bens.

Ativo	30/06/2025	31/12/2024
Rendimentos - aplicações financeiras	161	122
Multas de juros - moratórias retidas	90	74
Atualização de direitos	1.554	1.476
Fundo de Reserva	593	425
(-) Atualização de obrigações	(1.733)	(1.588)
Total	665	509

NOTA 24 – COMPENSAÇÕES

Ativo	Passivo		30/06/2025	31/12/2024
Previsão mensal de receitas a receber	Recursos mensais receber de consorciados	(a)	795	770
Contribuições devidas ao grupo	Obrigações do grupo por contribuições	(b)	37.095	34.950
Valor dos bens ou serviços a contemplar	Valor dos bens ou serviços a contemplar	(c)	33.779	31.598
Total			71.679	67.318

- a) Demonstrem a previsão de recebimentos de contribuições para formação de fundo comum de consorciados com expectativa de recebimento no mês seguinte ao de encerramento das demonstrações financeiras;
- b) São as previsões do total de contribuições para constituição de fundo comum devidas pelos consorciados ativos e direito até o encerramento dos grupos;
- c) Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado e as recomendações do Comitê da Basileia, a Administradora, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

(i) Risco de Crédito - consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito, como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;

(ii) Risco Operacional - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora estabeleceu a diretoria de financeira e administrativa como a responsável pela gestão do risco operacional como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;

(iii) Risco de Mercado - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de financeira como a responsável pela gestão do risco de mercado como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras, mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados das aplicações financeiras realizadas. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Administradora Cical em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;

(iv) Gerenciamento de Capital - De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Administradora. A política relacionada à Gestão de Capital da Cical Administradora de Consórcios estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Administradora busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;

(v) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Administradora está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Administradora gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

(vi) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Administradora através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;

(vii) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Administradora possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;

(viii) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de rating, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Cical Administradora de Consórcios é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

(ix) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Administradora mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores;

(x) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potencial perdas ou danos a eles atrelados. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos, que envolve a identificação de eventos ou riscos específicos relevantes para a Administradora e sua avaliação em termos de probabilidade e magnitude do impacto;

(xi) Divulgação de informações - em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Administradora conta com política específica que estabelece os princípios e processos a serem adotados na divulgação de informações que evidenciem o atendimento de requerimentos prudenciais definidos pelo regulador. As publicações são realizadas de acordo com conteúdo, formato e periodicidade definidas pela regulamentação em vigor, disponibilizadas ao público por meio do website da Cical, e englobam informações a respeito da sua estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos, da estrutura de gerenciamento contínuo de capital, da apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (Risk Weighted Assets - RWA), da adequação do Patrimônio de Referência (PR), e dos indicadores de liquidez.